

**O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL NA BASE DE DADOS DO SCIELO: PRIMEIRAS
APROXIMAÇÕES**

Elizabeth Arguelho Pessoa
Edelir Salomão Garcia
CPAN/UFMS

RESUMO: Esta pesquisa de caráter exploratório e bibliográfica teve por objetivo conhecer as áreas de conhecimento e os objetivos das produções sobre o acolhimento institucional para crianças e adolescentes a partir das produções científicas disponíveis no site *Scientific Eletronic Library On line* (SCIELO). O levantamento dos estudos foi feito em março de 2018, a partir dos descritores primários: “Acolhimento”, “Abrigo” e “Acolhimento institucional”. Nesse mapeamento encontramos duzentos e cinco artigos. Na tentativa de delimitar melhor nosso estudo optamos por realizar uma nova seleção aplicando os descritores secundários: “educação”, “escola”, “escolarização”, “criança” e “adolescentes” em cada descritor primário. Após esse levantamento foi feito um cruzamento dos dados a fim de eliminar os artigos duplicados e, em seguida, foram retirados os artigos que não abordavam o acolhimento institucional para crianças e adolescentes, sendo que somente dezenove deles abordavam a temática. Desse estudo foi possível encontrar artigos em três áreas do conhecimento, sendo que a maioria deles encontrava-se na área da Psicologia; seguido de estudos na área de saúde coletiva; e da administração pública. Verificamos a partir dos artigos selecionados que houve uma melhora no atendimento à criança e ao adolescente que vivenciam processo de acolhimento institucional, tanto em termos legais como na prática cotidiana. No entanto, há muito que se fazer na melhoria das políticas e no atendimento. Que a forma como as crianças e os adolescentes são vistos pela equipe dirigente e pelos cuidadores pode fazer muita diferença na organização do espaço, no trato entre crianças, cuidadores e gestores e, principalmente no desenvolvimento deles. Por fim, a maioria dos estudos destaca que é necessário superar, ainda, muitos processos para que não seja necessário a retirada das crianças e dos adolescentes do convívio familiar, mas para isso é necessário investir em políticas que fortaleçam a convivência e o fortalecimentos dos vínculos familiares e comunitários.

Palavras-chave: Abrigo. Proteção integral. Estatuto da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada “O acolhimento institucional para crianças e adolescentes na base de dados do SCIELO” é fruto da minha participação no grupo de estudo e pesquisa sobre a Formação e o Trabalho do Educador em espaços escolares e não escolares. Dessa forma, a ênfase na educação social fez com que passasse a refletir sobre o acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Sendo o acolhimento institucional uma medida legal determinada pela reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente em 2009 como estaria a produção científica sobre essa temática? Quais áreas do conhecimento têm produzido estudos e pesquisas sobre o acolhimento institucional? Quais os objetivos desses trabalhos?

Esta pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico teve por objetivo geral conhecer como as produções sobre acolhimento institucional para crianças e adolescentes abordam o atendimento prestado. E como objetivo específico conhecer os objetivos das produções, bem como identificar as áreas de conhecimento as quais estavam inseridas. Para tanto, foram utilizados os artigos disponíveis no site *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

Esse artigo está organizado da seguinte maneira: um breve estudo sobre os aspectos legais do acolhimento institucional no Brasil; seguido dos procedimentos metodológicos e da sistematização dos artigos encontrados e, por fim, as considerações finais.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Ao longo da história do Brasil observou-se um descaso com a história de crianças e adolescentes institucionalizados, por medida protetiva, pois eles não eram detentores de direitos tampouco havia uma legislação que os amparasse em relação à proteção integral.

Após a segunda metade dos anos de 1970, segundo Perez e Passone (2010), iniciou um movimento para alteração do Código de Menores de 1927, nele já aparecia o debate sobre os direitos dos “menores”, pautado nos princípios proclamados pela Declaração dos Direitos da Criança de 1959 solicitando que a magistratura favorecesse a promoção da família e da comunidade no cuidado da criança e do adolescente como sujeito de direitos, adotando a doutrina da proteção integral. No entanto, a concepção do “menor” como objeto de penal foi a que permaneceu na letra da lei (Código de Menores de 1979).

O debate sobre os direitos humanos e sociais retornou com o início da abertura democrática, na década de 1980 e, esses debates em âmbito nacional culminaram na criação da Comissão Nacional Criança e Constituinte, em 1986, fazendo com que muitas lutas da sociedade fossem incorporadas no texto da Constituição Federal de 1988 (BERGER: GRACINO, 2005), entre elas a Doutrina de Proteção Integral à criança e ao adolescente.

A Doutrina da Proteção Integral, segundo Oliveira (2004) é a compreensão de que as normas que cuidam de crianças e adolescentes devem tratá-los como cidadãos plenos, sendo-

lhes conferidos todos os direitos a eles inerentes, sujeitos, porém, à proteção prioritária, pois se trata de pessoas em desenvolvimento físico, psicológico e moral.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que essa a doutrina passou a fazer parte dos direitos da população de modo geral e, em especial da criança, do adolescente e do jovem. De acordo com o Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Esse artigo reiterou o novo posicionamento do Estado, da família e da sociedade na proteção integral da criança e do adolescente. Esse direito foi referendado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que também estabeleceu no Art. 98 que as medidas de proteção que deveriam ser aplicadas às crianças e aos adolescentes que tem seus direitos ameaçados ou violados. I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e III - em razão de sua conduta (BRASIL, 1990).

Em qualquer um dos itens expostos acima, a autoridade competente poderá de acordo com o Art. 101 tomar as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VIII - colocação em família substituta. (BRASIL, 1990)

Por abrigo o parágrafo único do artigo supracitado era definido por “[...] medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.” (BRASIL, 1990).

De acordo com Berger e Gracino (2005), os abrigos, de acordo com a legislação, são equipamentos de proteção provisória para crianças e adolescentes que necessitam permanecer, com vistas à própria proteção, temporariamente privados da convivência familiar. No entanto, as autoras advertem que apesar das inovações introduzidas pela definição legal, na prática persistiam as contradições.

Na tentativa de eliminar essas contradições que a Lei nº. 12.010, de 03 de agosto de 2009, também conhecida como “Lei Nacional de Adoção” promoveu alterações em cinquenta e quatro artigos do ECA.

Assim o Parágrafo Único do artigo 101 foi suprimido e em seu lugar foram acrescentados 8 parágrafos que estabelecem definições e regras de atendimento com vistas a fortalecer e preservar a integridade da família de origem, além de evitar ou abreviar ao máximo o abrigo, que passou a ter duas propostas de atenção à criança e ao adolescente, sendo eles: acolhimento institucional e acolhimento familiar.

De acordo com o § 1º do Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, passou a ser reconhecido como: “O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. (BRASIL, 2009a).

Assim o acolhimento institucional passou a atender crianças e adolescentes vítimas de violência, abandono e negligência e encaminhadas por decisão judicial, como um local provisório até que possam ser inseridas novamente no seio familiar.

De acordo com a Tipificação da Assistência Social, a mudança proposta na legislação reflete uma nova postura perante as crianças e os adolescentes que tiveram seus direitos violados, pois a nova configuração do ECA trouxe novo enfoque para a retirada de criança e adolescente dos ambientes de desrespeito aos direitos, mas uma perspectiva de proteção que pode ocorrer através de medidas de acolhimento institucional, destaca ainda a preservação do núcleo familiar, pois a pobreza não é motivo de retirada de crianças e adolescentes de seus lares. Dessa forma essas famílias deveriam participar de programas de atenção à família para evitar a institucionalização, bem como abrevia-la (BRASIL, 2009b).

Nessa nova configuração o acolhimento institucional deve ser um ambiente próximo de uma casa, de uma família, bem como, que não os deixem “isolados” e/ou que os deixem sem integrar a outros programas e serviços destinados a garantir o efetivo exercício do direito a convivência familiar e comunitária por crianças e adolescentes inseridos no respectivo programa (BRASIL, 2009b).

METODOLOGIA

Este estudo tem por objetivo conhecer quais áreas do conhecimento e quais os objetivos dos diferentes trabalhos sobre o acolhimento institucional. Para tanto, optou-se por uma

pesquisa exploratória na tentativa de compreender a temática. Para tanto, adotou-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica.

Por se constituir uma pesquisa exploratória e bibliográfica optamos por utilizar como base de dados as produções científicas disponíveis no site *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), por ser uma base reconhecida e uma das mais utilizadas na área da educação.

O levantamento dos estudos foi feito em março de 2018, a partir dos descritores primários: “Acolhimento”, “Abrigo” e “Acolhimento institucional”. Nesse mapeamento encontramos duzentos e cinco artigos, sendo cento e cinquenta e cinco artigos no descritor “Acolhimento”; trinta e sete em “Abrigo”; treze em “Acolhimento Institucional”. Esses artigos estavam vinculados a diferentes áreas do conhecimento entre elas: biologia; educação; psicologia; serviço social; saúde, zootecnia.

Na tentativa de delimitar melhor nosso estudo optamos por realizar uma nova seleção aplicando os descritores secundários: “educação”, “escola”, “escolarização”, “criança” e “adolescentes” em cada descritor primário. Nesse momento optamos também por eliminar todos os artigos que estavam escritos em língua estrangeira. Desse novo mapeamento ficaram cento e oito artigos. Conforme tabela a seguir:

Tabela 1: Levantamento do quantitativo de artigos por descritores primário e secundário

Descritor Primário	Nº. de artigos	Descritor Secundário					Total
		Educação	Escola	Escolarização	Criança	Adolescente	
Acolhimento	155	16	20	01	24	12	73
Abrigo	37	01	04	--	12	07	24
Acolhimento Institucional	13	01	--	--	06	04	11
Total	205	18	24	01	42	23	108

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras a partir das informações retiradas no site do Scielo (<http://www.scielo.br/>)

Nesse momento foi possível verificar que os artigos se repetiam entre os diferentes descritores. Para tanto, organizou-se um quadro unido os artigos por descritor primário verificando a duplicidade entre os artigos a partir dos descritores secundários. Com esse mapeamento verificou que o dos setenta e três artigos com o descritor primário “Acolhimento”, quatorze deles estavam em dois descritores secundários e um em três descritores, o que totalizou cinquenta e quatro artigos. Dos vinte e quatro artigos do descritor primário “Abrigo”, oito encontrava-se em dois descritores secundários, totalizando quatorze artigos; e de onze artigos do descritor “Acolhimento institucional”, quatro deles faziam parte de dois descritores, o que totalizou sete artigos. Desse mapeamento por descritor primário totalizou setenta e cinco artigos

Em seguida, os textos foram colocados em ordem alfabética em uma única lista e, dessa forma, foi possível classificá-los e eliminar a duplicidade entre os artigos dos descritores primários. Nesse momento foi verificado que oito artigos faziam parte de dois descritores. Com essa organização encontramos sessenta e sete artigos.

Como o número de trabalhos ainda eram significativos foi necessário proceder, primeiramente a leitura dos resumos das obras com a intenção de delimitar quais as obras abordavam a temática em estudo, ou seja, “Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes”.

A partir dessa leitura verificou-se que dos sessenta e sete artigos selecionados, quarenta e oito não abordavam a temática em estudo. Esses estudos, em sua maioria, ou seja, trinta e seis artigos estavam vinculados à área da saúde tendo como objeto de estudo os atendimentos de urgência e emergência, vivência de profissionais e pacientes em hospitais; saúde da família; avaliação de usuários aos serviços de saúde; enfermagem; atendimento psicossocial; entre outros.

Ainda foi possível encontrar seis artigos na área da psicologia que traziam o atendimento à mulher vítima de violência; o significado da figura materna na promoção da saúde mental em uma relação mãe-filho, provisória e substitutiva; núcleo de abrigos residenciais de proteção a crianças e adultos e atuação da psicologia na vida dos abrigados; convivência familiar de crianças e adolescentes nos novos parâmetros sociais; práticas desenvolvidas por pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescente; e o acolhimento familiar como alternativa de proteção para crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade social e de direitos.

Três artigos estavam na área da educação tratando de questões relacionadas ao atendimento de crianças em creche; extensão universitária; e educação de jovens e adultos. Dois estudos estavam na área de zootecnia em que os artigos abordavam questões referentes a abrigos de morcego. E, por fim, um estudo na área do serviço social que refletia sobre as medidas protetivas de acolhimento em família acolhedora. Dessa forma, somente dezenove foram validados.

O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA BASE DE DADOS DO SCIELO

Esta seção está dividida em duas subseções, a primeira retrata o objetivo dos artigos, bem como a área de conhecimento os quais estão inseridos e a segunda retrata os artigos que analisam o atendimento à criança e adolescentes em situação de acolhimento institucional por medida protetiva.

Levantando das áreas do conhecimento e dos objetivos dos artigos

Dos dezenove artigos que abordavam a temática “acolhimento institucional para crianças e adolescentes” foi possível verificar que os artigos estavam distribuídos em: uma revista da área da saúde coletiva (três artigos); em oito revistas da área da Psicologia (quinze artigos); e uma na revista de Administração Pública (um artigo).

Os três artigos que foram publicados na **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, apesar de trabalhar com crianças e adolescentes em instituições acolhedoras trazem temáticas distintas, assim, o trabalho de Acioli (2018) apresentou os serviços de acolhimento através de suas estruturas e processos; O estudo de Barros e Fiamenghi, Jr.(2007) observou as interações entre as crianças e as cuidadoras. E o artigo de Cavalcante, Magalhães e Pontes(2009) buscou conhecer os dados sobre a saúde das crianças que foram acolhidas em um abrigo.

Dos quinze artigos vinculados a área da Psicologia, eles se encontram em oito revistas. Das oito revistas quatro delas somente publicou um artigo. A **Revista Estudos de Psicologia** (Natal) publicou o artigo de Rosa et al (2010) analisou a rotina de uma instituição de acolhimento de crianças com idades entre zero a seis anos e compreender fatores implicados no desenvolvimento psicossocial das crianças em situação de acolhimento institucional. Na **Revista de Psicologia Escolar e Educacional** encontramos o artigo de Vectore e Carvalho (2008) objetivou compreender o universo da criança institucionalizada e o estabelecimento de vínculos com aqueles que vivem cotidianamente com essas crianças nas instituições, como: funcionários, mães sociais, gestores e etc. O artigo publicado na **Revista Psicologia Clínica** apresentou a efetivação do acolhimento institucional na vida de crianças e adolescentes de uma cidade brasileira (SOUZA; BRITO,2015). A **Revista Psicologia em Estudo** também publicou um artigo que investigou a interação de bebês com as cuidadoras e com o ambiente de acolhimento utilizando-se o método Bick (GOLIM; BENETTI; DONELLI, 2011).

Na **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa** estavam publicados dois artigos, sendo que o estudo de Coutinho e Sani (2010) analisou a adequação psicológica de crianças de um lar de abrigo; e o de Lira(2016) observou o processo de significações afetivas nas brincadeiras de crianças em acolhimento institucional.

Ainda foram encontrados três artigos na **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, dos quais, Arpini(2003) buscou refletir sobre a realidade institucional de abrigo para crianças e adolescentes, mostrando através da análise dos discursos, como os adolescentes representam a instituição; e Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007) analisaram as práticas cotidianas a estrutura física de duas instituições e os processos de desligamento dos jovens; Tomás e Vectore (2012) procurou analisar as interações entre mãe social e criança em situação de acolhimento.

Em relação aos três artigos que faziam parte da **Revista Psicologia: reflexão e Crítica**: Rossetti et al (2012) objetivou compreender a rede de significações que permeia as práticas de acolhimento familiar, institucional e adoção; Delgado(2015) fez uma investigação comparativa referente ao acolhimento familiar, em que compara as experiências de Portugal e Espanha, avaliando a satisfação das informações obtidas antes do acolhimento; o outro artigo de Delgado (2012) fez uma revisão bibliográfica de autores do Reino Unido que investigam a colocação e a interrupção do acolhimento familiar.

Dos três artigos publicados na **Revista de Psicologia Social**: Guedes e Scarcelli (2014) refletiu sobre o cotidiano dos serviços de acolhimento através da análise de discurso, tendo por base o lugar social em que estão as crianças, as famílias, a instituição e seus agentes; Lemos (2014) analisou os significados da evasão de adolescentes para os profissionais de duas instituições, a fim de compreender como vivenciam e lidam com referido o processo; e Poker (2017) verificou as possibilidades de superação do estigma de abandono do sistema de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, por meio da aproximação da teoria e da prática através de um estudo de caso.

Na **Revista de Administração Pública encontramos o** artigo de Miranda, G. (2017) que investiga a evolução histórica e a configuração atual do serviço de Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco.

Com esse levantamento foi possível verificar a grande gama de olhares sobre o Acolhimento institucional entre eles: Como as estruturas e serviços prestados nas instituições acolhedoras e a influencia no desenvolvimento da criança e do adolescente; o olhar sobre a criança e o adolescente e o lugar das mesmas na instituição; saúde da criança acolhida; representação social de abrigos; a invisibilidade das famílias nos processos de acolhimento institucional, familiar e de adoção; superação de estigmas; e estudos sobre acolhimento institucional na Europa.

O Atendimento Prestado a Criança e o Adolescente em Situação de Acolhimento Institucional: o que os estudos revelam

Sobre a estrutura e serviços, Guedes e Scarcelli (2014) mostram que o lugar que os sujeitos ocupam e a forma como o cotidiano institucional se organiza acaba por atribuir posições específicas aos envolvidos. E o reconhecimento nos diferentes momentos do dia a dia pode permitir o questionamento das atribuições, proporcionando a circulação e a criação de novos lugares a serem ocupados.

Enquanto que Acioli et al (2018) mostram que a maioria das instituições analisadas configuram-se como aceitáveis no atendimento, seja em relação as estruturas, seja em relação ao atendimento prestado. No entanto, a partir da análise do conteúdo da fala dos gestores do judiciário, estadual, municipal e filantrópico, verificou que eles determinavam como maiores entraves para a realização das medidas protetivas era decorrem do uso de drogas pelos adolescentes e familiares, o distanciamento geográfico da família de origem, a dificuldade de integração com outras instituições e com a comunidade e, principalmente, pela grande rotatividade dos profissionais, o que prejudica a formação de vínculos com as crianças e adolescentes e, conseqüentemente, atendimento adequado para o desenvolvimento delas.

O artigo de Rosa et al (2010) ao fazer o acompanhamento da dinâmica de funcionamento da instituição observaram a proximidade das relações que são estabelecidas nos níveis ambientais por meio da metodologia da inserção ecológica. O acolhimento estudado configurou-se como um ambiente que alavanca o desenvolvimento, ao oferecer estrutura e oportunidades de convívio saudável com cuidadores significativos, além de promover vivências em vários níveis ambientais ampliando e fortalecendo a rede de apoio social das crianças e das suas respectivas famílias.

Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007) retratam o processo de abrigo, ou seja, esse estudo está anterior a aprovação da alteração do ECA, em 2009. As autoras mostram que a qualidade do acolhimento oferecido pelos abrigos é prejudicada pelo conceito de transitoriedade, pois ele acaba se tornando dúbio tanto para quem trabalha nos abrigos quanto para as famílias e os adolescentes abrigados, o que interfere nas relações e no envolvimento dos mesmos com o processo desabrigamento, seja por parte dos profissionais, seja pelos adolescentes que serão desligados ao completar dezoito anos por não terem uma perspectiva de futuro fora da instituição, pois o que eles enxergam é um contexto social carregado de depreciação, injustiças e falta de oportunidades, especialmente para os jovens das classes menos favorecidas.

Ao concluírem os estudos Souza e Brito (2015) verificaram dificuldades na execução dessa medida protetiva, entre elas: a falta de articulação da rede de proteção à infância e adolescência; existência de instituições que atuam pela divisão sexo/faixa etária; expressivo

número de crianças e adolescentes do interior acolhidos na capital; ausência de um trabalho efetivo de reintegração familiar e comunitária e inexistência de atividades junto à família e a comunidade.

Através da observação Golin, Benetti e Donelli (2011) verificaram o paradoxo existente entre a qualidade da organização física da instituição e o ambiente emocional oferecido às crianças. Segundo as autoras, os cuidadores afirmam que o ambiente é adequado e organizado, no entanto, eles destacam que não há um padrão de cuidados. Apesar dos cuidadores contar com um acompanhamento técnico para melhor atender as crianças as autoras verificaram dificuldade dos cuidadores em lidar com as crianças no dia a dia, seja pela falta de constância do trabalho e por falta de um treinamento mais específico. Outra questão apontada pelas autoras foi que as demandas das crianças e os sentimentos dos cuidadores reforçam a necessidade de maior amparo psicológico e de uma supervisão mais individualizada, de forma a favorecer o trabalho dos cuidadores, considerando-se a mobilização emocional que esta tarefa diária envolve.

Barros e Fiamenghi, Jr. (2007) analisaram que a instituição em que desenvolveu o estudo pretendia seguir as proposições do ECA em seus princípios e diretrizes. No entanto, os autores verificaram problemas com a formação e capacitação de suas cuidadoras. Dessa forma, vivenciaram no dia-a-dia despreparo para desenvolver a função apresentando reações inadequadas com as crianças, o que parecia mostrar um certo descomprometimento com a função ou ignorância em lidar com elas. E, nesse entremeio, foi verificado que não só as crianças, mas também as cuidadoras estavam desamparadas, desconhecendo as necessidades de carinho e afeto daquelas crianças.

Vectore e Carvalho (2008) buscaram compreender os fatores que fazem parte do universo da criança abrigada, a partir dos olhares dos gestores e dos funcionários, que lidam diretamente com crianças em situação de risco. Elas verificaram que de acordo com a ótica dos gestores as maiores dificuldades encontradas com a criança são: carência afetiva; comportamentos agressivos, rebeldes, e dos funcionários que lidam diretamente com o acolhido está: o estabelecimento de limites; dificuldades escolares; problemas como a enurese noturna; e experiências sexuais precoces. Enquanto que as famílias das crianças abrigadas são concebidas no contexto institucional por gestores e funcionários como: pessoas inúteis; difíceis de confiar; desinteressadas; e acomodadas. A partir da visão dos gestores e dos funcionários as autoras concluíram que “Além das experiências dolorosas vivenciadas antes da institucionalização, a criança abrigada parece dispor de um espaço restrito para manifestar os seus desejos e necessidades, de se fazer ouvida e compreendida, sujeitando-se

continuamente às rotinas rígidas da instituição, às normas do judiciário, enfim, constituindo-se dia-a-dia num “sujeito sujeitado” (p. 414).

Os estudos sobre o atendimento prestado em acolhimento institucional de crianças e adolescente disponíveis no site do SCIELO corroboram com os dizeres de Rodrigues (2016) que enfatiza que para além das políticas públicas e dos profissionais das instituições, a sociedade como um todo deve refletir sobre o impacto do acolhimento na vida dos atores envolvidos, pois como vimos os estudos, em sua maioria, retratam “A precariedade dos dados – história mal contada – por que são iguais, são cansativas e o registro se torna mera tarefa burocrática – não fala de sujeitos” (p. 78).

Nesse contexto, de acordo com Rodrigues (2016) é necessário dar voz e ouvir as crianças e os adolescentes enquanto sujeitos de suas histórias, bem como, a necessidade de garantir os direitos sociais como fatores determinantes na reintegração familiar e comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse estudo foi possível encontrar artigos em três áreas do conhecimento, sendo que a maioria deles encontrava-se na área da Psicologia; seguido de estudos na área de saúde coletiva; e da administração pública.

Verificamos a partir dos artigos selecionados que houve uma melhora no atendimento à criança e ao adolescente que vivenciam processo de acolhimento institucional, tanto em termos legais como na prática cotidiana. No entanto, há muito que se fazer na melhoria das políticas e no atendimento.

E que a forma como as crianças e os adolescentes são vistos pela equipe dirigente e pelos cuidadores pode fazer muita diferença na organização do espaço, no trato entre crianças, cuidadores e gestores e, principalmente no desenvolvimento deles.

Por fim, a maioria dos estudos destaca que é necessário superar, ainda, muitos processos para que não seja necessário a retirada das crianças e dos adolescentes do convívio familiar, mas para isso é necessário investir em políticas que fortaleçam a convivência e o fortalecimentos dos vínculos familiares e comunitários.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Raquel Moura Lins et al. Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. **Ciência & Saúde coletiva**. 2018. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n2/1413-8123-csc-23-02-0529.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2018.

ARPINI, Dorian Mônica. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100010>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BARROS, Raquel de Camargo. FIAMENGHI, Jr. Geraldo A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência & Saúde coletiva**. v.12, n.5, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232007000500024&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BERGER, M. V. B.; GRACINO, E. R.. Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de criança e adolescentes: A formação de educador e o acompanhamento dos abrigados. **Revista Histedbr**, Campinas, n.18, p.170-185, Jun.2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art17_18.pdf>. Acesso em: 12 fev 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa civil, 1988.

_____. **Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1028079/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90>>. Acesso em: 30 nov 2017

_____. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009a**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>. Acesso em: 30 nov 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009b**. Aprova a Tipificação de Serviços Socioassistenciais. Brasília, Governo Federal, 2009b. Disponível em: <<http://mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>>. Acesso em: 30 nov 2017.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. MAGALHÃES, Celina Maria Colino. PONTES, Fernando Augusto Ramos. Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. **Ciência & saúde coletiva**. v.14, n.2, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200030> Acesso em: 15 mar. 2018.

COUTINHO, Maria José. SANI, Ana Isabel. Casa abrigo: a solução ou o problema? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/ptp/v26n4/07.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

DELGADO, Paulo et al. Acolhimento familiar em Portugal e Espanha: uma investigação comparada sobre a satisfação dos acolhedores. **Psicologia: reflexão e Crítica**, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722015000400024&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 15 mar. 2018.

DELGADO, Paulo. A perspectiva ecológica: referências para a preparação e a cessação da estadia em acolhimento familiar de crianças. **Psicologia: reflexão e Crítica**. v.25, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200018> Acesso em: 15 mar. 2018.

GOLIM, Gabriela. BENETTI, Silva Pereira da Cruz. DONELLI, Tagma Marina Schneider. Um estudo sobre o acolhimento precoce inspirado no método Bick. **Psicologia em Estudo**, v.16, 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000400007>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GUEDES, Carina Ferreira. SCARCELLI, Ianni Regia. Acolhimento institucional na assistência á infância: o cotidiano em questão. **Psicologia Social**. v.26, 2014.. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/07.pdf> > Acesso em: 15 mar. 2018.

LE MOS, Adriana Guerra Abreu et al. Evasão nas unidades de acolhimento: discutindo seus significados. **Psicologia Social**, v.26, n.3, 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a08v26n3.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

LIRA, Pedro Paulo Bezerra de. PEDROSA, Maria Isabel. Processos de significação sobre Família em Brincadeiras de crianças em Acolhimento institucional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.32, 2016. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n3/1806-3446-ptp-32-03-e323214.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2018.

MIRANDA, GERALDA LUIZA DE. Serviço de acolhimento institucional para Crianças e adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. **Administração Pública**. v.51, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000200201&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 mar. 2018.

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto. MILNITSKY- SAPIRO, Clary. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicologia: Ciência e Profissão**.v. 27. n.4, 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a05.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2018.

OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas para uma educação popular**, Porto Alegre: Artmed, 2004.

POKER, Thalita Catarina Decome. Política de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada. **Psicologia Social**. v.29, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e171345.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2018.

PEREZ, José Roberto Du; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento as crianças e adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. v. 40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2013/05/PEREZ_PASSONE_Políticas-sociais-de-atendimento-ccas-e-adolescentes_2010.pdf>. Acesso em: 12 fev 2018.

RODRIGUES, Vitória Olivier Ramos. **Acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil: Um estudo bibliográfico**. 2016, 91f. Dissertação (Mestrado profissional em saúde mental e atenção psicossocial) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Disponível

em:<<http://150.162.242.35/bitstream/handle/123456789/167808/341263.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 set 2018.

ROSA, Edinete Maria et al. Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. **Psicologia em Estudo**, v.15, Natal, 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2010000300002>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ROSSETTI- FERREIRA, Maria Clotilde et al. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: reflexão e Crítica**, v.25, p.390-399, 2012.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200021>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SOUZA, Fernanda Hermínia Oliveira. BRITO, Leila Maria. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. **Psicologia Clínica**, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v27n1/0103-5665-pc-27-01-00041.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2018.

TOMÁS, Débora Nogueira; VECTORE, Celia. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. **Psicologia ciência e profissão**. v.32, n.3, p.576-587, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n3/v32n3a05.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2018.

VECTORE, Célia. CARVALHO, Cintia. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Revista de Psicologia Escolar e Educacional**, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a15.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2018.